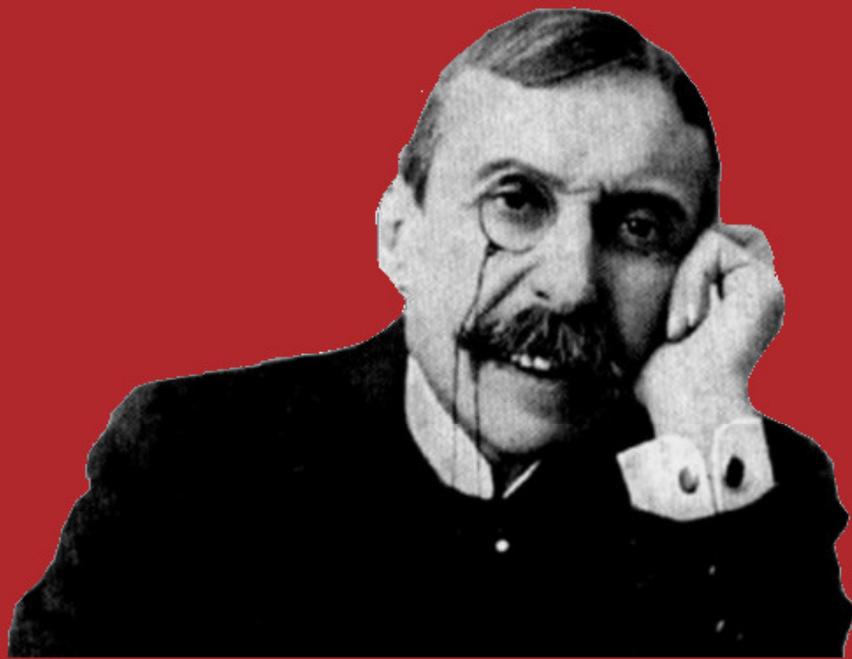


Prosa *Poeteiro* Verso
Iba Mendes

Literatura



Eça de Queirós
Artigos Diversos



Iba Mendes
www.poeteiro.com

Eça de Queirós

Artigos Diversos

Publicado postumamente em “Últimas páginas”, no ano de 1912.

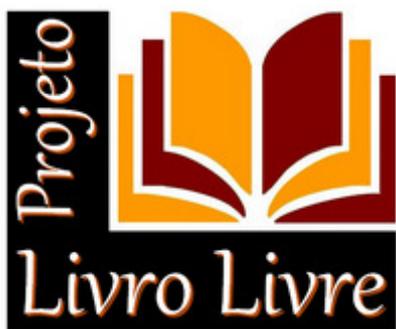
**José Maria de Eça de Queirós
(1845 – 1900)**

“Projeto Livro Livre”

Livro 109



Poeteiro Editor Digital
São Paulo - 2014
www.poeteiro.com



Projeto Livro Livre

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras sob domínio público, como esta, do escritor português Eça de Queirós: “*Artigos Diversos*”.

É isso!

Iba Mendes
iba@ibamendes.com

BIOGRAFIA

José Maria de Eça de Queirós nasceu em 25 de novembro de 1845, numa casa da Praça do Almada na Póvoa de Varzim, no centro da cidade; foi batizado na Igreja Matriz de Vila do Conde. Filho de José Maria Teixeira de Queirós, nascido no Rio de Janeiro em 1820, e de Carolina Augusta Pereira d'Eça, nascida em Monção em 1826. O pai de Eça de Queirós, magistrado e par do reino, convivia regularmente com Camilo Castelo Branco, quando este vinha à Póvoa para se divertir no Largo do Café Chinês.

Eça de Queirós foi batizado como “filho natural de José Maria d'Almeida de Teixeira de Queirós e a mãe era Carolina Augusta Pereira de Eça”.

Uma das teses para tentar justificar o fato dos pais do escritor não se terem casado antes do nascimento deste sustenta que Carolina Augusta Pereira de Eça não teria obtido o necessário consentimento da parte de sua mãe, já viúva do coronel José Pereira de Eça. De fato, seis dias após a morte da avó que a isso se oporia, casaram-se os pais de Eça de Queirós, quando o menino tinha quase quatro anos. Eça por sua vez apresenta episódios incestuosos em criança relatados no diário de sua prima. Por via dessas contingências foi entregue a uma ama, aos cuidados de quem ficou até passar para a casa de Verdemilho em Aradas, Aveiro, a casa da sua avó paterna. Nessa altura, foi internado no Colégio da Lapa, no Porto, de onde saiu em 1861, com dezesseis anos, para a Universidade de Coimbra, onde estudou Direito. Além do escritor, os pais teriam mais seis filhos.

O pai era magistrado, formado em Direito por Coimbra. Foi juiz instrutor do célebre processo de Camilo Castelo Branco, juiz da Relação e do Supremo Tribunal de Justiça, presidente do Tribunal do Comércio, deputado por Aveiro, fidalgo cavaleiro da Casa Real, par do Reino e do Conselho de Sua Majestade. Foi ainda escritor e poeta.

Em Coimbra, Eça foi amigo de Antero de Quental. Os seus primeiros trabalhos, publicados avulso na revista "Gazeta de Portugal", foram depois coligidos em livro, publicado postumamente com o título *Prosas Bárbaras*.

Em 1866, Eça de Queirós terminou a Licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra e passou a viver em Lisboa, exercendo a advocacia e o jornalismo. Foi diretor do periódico *O Distrito de Évora* e colaborou em publicações periódicas como a *Feira da Ladra* (1929-1943), *A imprensa* (1885-1891) e *Ribaltas e gambiarras* (1881). Porém, continuaria a colaborar esporadicamente em jornais e revistas ocasionalmente durante toda a vida. Mais tarde fundaria a *Revista de Portugal*.

Em 1869 e 1870, Eça de Queirós fez uma viagem de seis semanas ao Oriente (de 23 de outubro de 1869 a 3 de janeiro de 1870), em companhia de D. Luís de Castro, 5.º conde de Resende, irmão da sua futura mulher, D. Emília de Castro, tendo assistido no Egito à inauguração do canal do Suez: os jornais do Cairo referem “Le Comte de Rezende, grand amiral de Portugal et chevalier de Queirós”. Visitaram, igualmente, a Palestina. Aproveitou as notas de viagem para alguns dos seus trabalhos, o mais notável dos quais: *O mistério da estrada de Sintra*, em 1870, e *A relíquia*, publicado em 1887. Em 1871, foi um dos participantes das chamadas Conferências do Casino.

Em 1870 ingressou na Administração Pública, sendo nomeado administrador do concelho de Leiria. Foi enquanto permaneceu nesta cidade, que Eça de Queirós escreveu a sua primeira novela realista, *O Crime do Padre Amaro*, publicada em 1875.

Tendo ingressado na carreira diplomática, em 1873 foi nomeado cônsul de Portugal em Havana. Os anos mais produtivos de sua carreira literária foram passados em Inglaterra, entre 1874 e 1878, durante os quais exerceu o cargo em Newcastle e Bristol. Escreveu então alguns dos seus trabalhos mais importantes, como *A Capital*, escrito numa prosa hábil, plena de realismo. Manteve a sua atividade jornalística, publicando esporadicamente no *Diário de Notícias*, em Lisboa, a rubrica “*Cartas de Inglaterra*”. Mais tarde, em 1888 seria nomeado cônsul em Paris.

Seu último livro foi *A Ilustre Casa de Ramires*, sobre um fidalgo do século XIX com problemas para se reconciliar com a grandeza de sua linhagem. É um romance imaginativo, entremeado com capítulos de uma aventura de vingança bárbara que se passa no século XII, escrita por Gonçalo Mendes Ramires, o protagonista. Trata-se de uma novela chamada *A Torre de D. Ramires*, em que antepassados de Gonçalo são retratados como torres de honra sanguínea, que contrastam com a lassidão moral e intelectual do rapaz.

Aos 40 anos casou com Emília de Castro, com quem teve 4 filhos: Alberto, Antônio, José Maria e Maria.

Morreu em 16 de Agosto de 1900 na sua casa de Neuilly-sur-Seine, perto de Paris. Teve funeral de Estado, estando sepultado em Santa Cruz do Douro.

Foi também o autor da *Correspondência de Fradique Mendes* e *A Capital*, obra cuja elaboração foi concluída pelo filho e publicada, postumamente, em 1925. Fradique Mendes, aventureiro fictício imaginado por Eça e Ramalho Ortigão, aparece também no *Mistério da Estrada de Sintra*. Seus trabalhos foram traduzidos em aproximadamente vinte línguas.

Obras: O Mistério da Estrada de Sintra (1870), O Crime do Padre Amaro (1875), A Tragédia da Rua das Flores (1877-78), O Primo Basílio (1878), O Mandarim (1880), As Minas de Salomão (1885) (tradução), A Relíquia (1887), Os Maias (1888), Uma Campanha Alegre (1890-91), O Tesouro (1893), A Aia (1894), Adão e Eva no paraíso (1897), Correspondência de Fradique Mendes (1900), A Ilustre Casa de Ramires (1900), A Cidade e as Serras (1901, póstumo), Contos (1902, póstumo), Prosas Bárbaras (1903, póstumo), Cartas de Inglaterra (1905, póstumo), Ecos de Paris (1905, póstumo), Cartas familiares e bilhetes de Paris (1907, póstumo), Notas contemporâneas (1909, póstumo), Últimas páginas (1912, póstumo), A Capital (1925, póstumo), O Conde de Abranhos (1925, póstumo), Alves & Companhia (1925, póstumo), Correspondência (1925, póstumo), O Egito (1926, póstumo), Cartas inéditas de Fradique Mendes (1929, póstumo), Eça de Queirós entre os seus - Cartas íntimas (1949, póstumo).

*Wikipédia
Janeiro, 2014*

ÍNDICE

CARTA A CAMILO CASTELO BRANCO	1
ÚLTIMA CARTA DE FRADIQUE MENDES	5
FRADIQUE MENDES - TESTAMENTO DE MECENAS	10
O “FRANCESISMO”	15
MAIS “DOIS DISPERSOS”	32
DO “LISBOA-PORTO”	33
FRATERNIDADE	34

CARTA A CAMILO CASTELO BRANCO

Ex.mo Sr.

Um tardio correio trouxe-me ontem um número, já quase velho, das *Novidades*, com um artigo, *Notas à Procissão dos Moribundos*, em que V. Ex^a, resmungando e rabujando, se queixa ao Público de que eu e os meus amigos *implicamos consigo, sempre que isso vem a talho de foice, e lhe assacamos aleivosias*. Como exemplo deste indecoroso hábito, cita V. Ex^a um período da minha carta a Bernardo Pindela nos *Azulejos*, em que eu alegremente me rio dos discípulos do Romantismo que, depois de clamarem contra certos escritores, como realistas e chafurdadores do lodo, apenas imaginam que o Público só esse lodo apetece, para seu consumo intelectual, se apressam a escrever na capa de seus livros: *romance realista*, para que o Público, aliciado pelo rótulo, os compre também a eles, e os leia também a eles... E V. Ex^a, meu caro confrade, acrescenta logo com a mais consciente certeza: “Ora isto é comigo!”

Suponha que um dia, numa novela, V. Ex^a descreve, com o seu vernáculo e torneado relevo, certo animal de longas orelhas felpudas, de rabo tosco, de anca surrada pela albarda, que orneia e que abunda em Cacilhas... E suponha ainda que, ao ler essa colorida página, eu exclamo, apalpando-me ansiosamente por todo o corpo: “Grandes orelhas, rabo tosco, anca pelada... É comigo” Que diria V. Ex^a, meu prezado confrade?

V. Ex^a balbuciará aturdido: “Eu não sei, eu vivo longe... Se as suas orelhas são assim longas, e se o albardão o despelou, há realmente concordância... Mas, na verdade, creia que, mencionando esse animal venerável, não me raiou no ânimo a mais tênue, remota intenção...”. Assim, embaraçado e surpreso, diria V. Ex^a. E assim eu digo. – V. Ex^a deve conhecer melhor que eu, que sou distraído e vivo longe, as capas dos seus livros: se V. Ex^a, para atrair a multidão, nelas colou, ou consentiu que os seus editores colassem, esse rótulo: *romance realista* – por não poderem legalmente adorná-las com esse outro mais cativante: *romance obscuro* – então decerto aquilo é consigo. Mas a intransigente verdade me força a confessar que, escrevendo esse período da carta a Bernardo Pindela, eu não pensava no autor da *Corja*. Se eu quisesse acusar dessa abjeta concessão, às exigências da venda, um homem que há trinta anos é ilustre na literatura portuguesa – teria escrito o nome todo de V. Ex^a, sem omitir um só título. Há personalidades a quem por isso mesmo que são fortes, se não alude timoratamente e de longe. Já deste modo se pensava na corte de el-rei Artur. “Se queres falar de Percival, diz bem alto: Percival, e tira a espada”. Assim gritava esse cavaleiro, flor dos bons, na velha cidade de Camerlon, uma tarde em que havia algazarra e ciúmes junto a Távola Redonda. Não se trata, decerto, aqui, de compridas espadas a desembainhar. Mas não

deixa de ficar bem a um débil homem de letras, como eu, o seguir essa lição de lealdade e valor dada pelo possante homem de armas Percival.

Assim o exemplo aduzido por V. Ex^a, para demonstrar o meu escandaloso hábito de *implicar consigo* – é realmente mal escolhido. Mas permanece, todavia, a queixa, feita ao público com tanta rabuge e tanto azedume, de que – *eu e os meus amigos, sempre que isso vem a talho de foice, lhe assacamos aleivosias.*

Aleivosia é um termo formidável e sombrio que, se me não engana o vetusto e único Dicionário que me ampara nesta dura labutação do estilo, significa – “maldade cometida traiçoeiramente com mostras de amizade, insídia, perfídia, maquinação contra a vida e reputação de alguém, etc.”. Tudo isto é pavoroso. Mas eu suponho que, sob essas vagas palavras de *implicação* e *aleivosia*, V. Ex^a quer muito simplesmente queixar-se de que eu e os meus amigos o não consideramos um escritor tão ilustre, com um tão alto lugar nas letras portuguesas como o costumam considerar os amigos de V. Ex^a.

Ora aqui V. Ex^a se ilude singularmente.

Eu nunca tive, é certo, a oportunidade deleitável de apreciar, nem em copioso artigo, nem sequer em curta linha, a obra de V. Ex^a. Mas sou meridional, portanto loquaz. Por vezes, entre amigos e fumando a *cigarette*, tem vindo “a talho de foice” conversar sobre a personalidade literária de V. Ex^a. E, louvado seja Apoio aurinitente! sempre me exprimi sobre o autor do *Esqueleto*, de um modo que é irrecusavelmente mais digno dele e da sua obra, do que esse outro estranho modo por que o costumam decantar aqueles que se ufanam, já na palestra, já na imprensa, de serem seus amigos e seus discípulos.

Porque eu, falando de V. Ex^a, considero sempre a sua imaginação, a sua maneira de ver o mundo, o seu sentimento vivo ou confuso da realidade, o seu gosto, a sua arte de composição, a fraqueza ou a força do seu traço; e, pelo menos, admiro sem reserva em V. Ex^a o ardente Satírico, neto de Quevedo, que põe ao serviço da sua apaixonada misantropia, o mais quente e o mais rico sarcasmo peninsular. E os seus amigos, esses, admiram apenas em V. Ex^a, secamente e pecamente, *o homem que em Portugal conhece mais termos do Dicionário!*

Sempre, “a todo o talho de foice”, em artigo, em local, em anúncio de partida, em felicitação de dia de anos, V. Ex^a é pelos seus discípulos e amigos louvaminhado e turibulado – como o grande homem do Vocábulo, esteio forte de Prosódia, restaurador da Ordem gramatical, supremo arquiteto das frases arcaicas, acima de tudo castiço, e imaculadamente purista! E ainda mais na intimidade, os amigos de V. Ex^a o celebram como o homem que *melhor sabe*

descompor o seu semelhante! E isto tão obstinadamente murmurado ou clamado, que esta geração mais nova, para quem já vou sendo um velho e V. Ex^a quase um fantasma, não tendo como eu e os do meu tempo rido e chorado sobre os seus livros de paixão e de ironia, o imaginam a V. Ex^a um intolerável caturra, de capote de frade, debruçado sobre um sebento Léxicon, a respigar termos obsoletos para com eles apedrejar todos os seus conterrâneos!

A V. Ex^a, crítico sagaz de si mesmo, melhor compete avaliar o que, neste vale de prosa e lágrimas, tem feito para merecer que os seus amigos, como os amigos de César no dia das Lupercais, teimem em lhe enterrar até aos ombros esta dupla e pesada coroa da *vernaculidade* e da *descompostura*.

A mim só me compete lamentar que a estas mofinas proporções tenha sido reduzida, pelo zelo crítico dos seus amigos, a larga individualidade que nos deu o *Amor de Perdição*. Mas ao mesmo tempo adquiro o direito de rogar a V. Ex^a que, quando se queixar aos ventos e ao Chiado das pessoas que *implicam consigo*, como V. Ex^a diz, ou que *desdouram a sua glória*, como eu traduzo, não se volte para mim e para os meus amigos – mas olhe em torno de si para os seus admiradores, e para dentro de si mesmo, talvez.

A guerra de *realistas* e *idealistas*, causa primordial destas explicações, tornou-se já quase tão desinteressante e sedição, meu prezado confrade, como a guerra dos Clássicos e Românticos, a das Duas Rosas, ou essa outra que, para vantagem única dos livreiros que editam Homero, dois povos semibárbaros tiveram a paciência de arrastar dez anos em torno de uma vila da Ásia Menor murada de adobe e tijolo. Renovar tão antiquada guerra nas Gazetas, é já um ato imperdoavelmente provinciano: mas mais provinciano ainda é estarmos nós aqui, com grãos de incenso nas mãos, e pedras nas algibeiras, fazendo, através do grande mar, mútuas e lentas medidas. V. Ex^a, de lá, de entre os seus sinceros arvoredos minhotos, ajanota as suas frases pelos figurinos de Filinto Elísio, para me dizer gaguejando, e com agridoce generosidade: “O meu caro amigo tem muito talento, com exceção de escrever muita tolice”. E eu de cá, mais pérfido, porque habito as cidades, grito sem gaguejar, e com polida efusão: – “E o meu caro amigo tem ainda muito mais, sem exceção absolutamente nenhuma”.

E infantil. Antes desperdiçássemos o nosso tempo, preguiçando patriarcalmente, neste doce calor de Junho, sob a figueira e a vinha... Mas quê! V. Ex^a, que estava brincando funebremente, a fazer no soalho, com tochas de fósforos, uma procissãozinha de moribundos, ergue-se de repente, corre para o Público, mesmo sem tirar o babeiro, e acusa-me, entre lágrimas de furor, de *estar sempre a implicar consigo!* Que havia eu de fazer, eu inocente e justo? Corro também para o Público, mesmo de jaquetão de trabalho, e brado

profusamente com as mãos sobre o peito: “Nunca! É falso! Jamais impliquei com ele, e não lhe quero senão bem!”

A culpa de toda esta inútil prosa é portanto toda sua; e para que ela se não prolongue mais, apresso-me, prezado confrade, a dizer-me..

De V. Ex^a

Sincero e antigo admirador

EÇA DE QUEIRÓS

ÚLTIMA CARTA DE FRADIQUE MENDES (INÉDITO DA “CORRESPONDÊNCIA DE FRADIQUE MENDES”)

A EDUARDO PRADO

Meu caro Prado:

A sua tão excelente carta foi recebida no devoto dia de S. João, neste fresco refúgio de arvoredos e fontes onde estou repousando dos sombrios esplendores da Amazônia, e da fadiga das águas Atlânticas.

Não esquecerei as queijadas da Sapa; Ficalho, que aqui jantou e filosofou ontem *sub tegmine fagi*, recebeu das minhas mãos o exato estudo e as estampas do seu compatriota sobre a *Mucuna Glabra*; os dois vasos do Rato, com a cruz de Avis, partem domingo, e Deus lhe faça abundar dentro deles, sempre renovadas e frescas, essas *rosas da vida* que Anacreonte promete aos justos. Tudo isto foi fácil e de amável trabalho. Mais duro e complicado é que eu lhe dê (como V. reclama tão azafamadamente) a minha opinião sobre o seu Brasil... E V., menos céptico que Pilatos, exige a Verdade, a nua Verdade, sem *chauvinismos* e sem enfeites... Onde a tenho eu, a Verdade? Não é, infelizmente, na quinta da Saragoça que se esconde, sob o cipreste e o louro, o poço divino onde ela habita. Só lhe posso comunicar uma impressão de homem, que passou e olhou. E a minha impressão é que os Brasileiros, desde o Imperador ao trabalhador, andam a desfazer e, portanto, a estragar o Brasil.

Nos começos do século, há uns 55 ou 60 anos, os Brasileiros, livres dos seus dois males de mocidade, o ouro e o regime colonial, tiveram um momento único, e de maravilhosa promessa. Povo curado, livre, forte, de novo em pleno viço, com tudo por criar no seu solo esplêndido, os Brasileiros podiam, nesse dia radiante, fundar a civilização especial que lhes apetecesse, com o pleno desafogo com que um artista pode moldar o barro inerte que tem sobre a tripeça de trabalho, e fazer dele, à vontade, uma vasilha ou um Deus. Não desejo ser irrespeitoso, caro Prado; mas tenho a impressão que o Brasil se decidiu pela vasilha.

Tudo em redor dele, desde o céu que o cobre à índole que o governava, tudo patentemente indicava ao Brasileiro que ele devia ser um povo rural. Não se assuste, meu civilizadíssimo amigo. Eu não quero significar que o Brasil devesse continuar o patriarcalismo de Abraão e do livro do Gênesis, reproduzir Canaã em Minas Gerais, e pastorear o gado em torno das tendas, vestido de peles, em controvérsia constante com Jeová. Menos ainda que se adotasse o modelo arcádico, e que todos os cidadãos fossem Títiros e Marílias, recostados sob a copa da faia, tangendo a fruta das Éclogas...

Não; o que eu quereria é que o Brasil, desembaraçado do ouro imoral, e do seu D. João VI, se instalasse nos seus vastos campos, e aí quietamente deixasse que, dentro da sua larga vida rural e sob a inspiração dela, lhe fossem nascendo, com viçosa e pura originalidade, ideias, sentimentos, costumes, uma literatura, uma arte, uma ética, uma filosofia, toda uma civilização harmônica e própria, só brasileira, só do Brasil, sem nada dever aos livros, às modas, aos hábitos importados da Europa. O que eu quereria, (e o que constituiria uma força útil no Universo) era um Brasil natural, espontâneo, genuíno, um Brasil nacional, brasileiro, e não esse Brasil, que eu vi, feito com velhos pedaços da Europa, levados pelo pacote, e arrumados à pressa, como panos de feira, entre uma natureza incongênere, que lhes faz ressaltar mais o bolor e as nódoas.

Eis o que eu queria, dileto amigo! E considere agora como seria deliciosamente habitável um Brasil brasileiro! Por toda a parte, ricas e vastas fazendas. Casas simples, caiadas de branco, belas só pelo luxo do espaço, do ar, das águas, das sombras. Largas famílias, onde a prática das lavouras, da caça, dos fortes exercícios, desenvolvendo a robustez, aperfeiçoaria a beleza. Um viver frugal e são; ideias claras e simples; uma grande quietação de alma; desconhecimento das falsas vaidades; afeições sérias e perduráveis...

Mas, justos Céus! estou refazendo o Livro II das *Geórgicas! Hanc olim veteres vitam coluere Sabini...* Assim viveram os velhos Sabinos; assim Rômulo e Remo; assim cresceu a valente Etrúria; assim Roma pulquíssima, abrangendo sete montes, se tornou a maravilha do mundo! Não exijo para o Brasil as virtudes áureas e clássicas da Idade de Saturno. Só quereria que ele vivesse de uma vida simples, forte, original, como viveu a outra metade da América, a América do Norte, antes do Industrialismo, do Mercantilismo, do Capitalismo, do Dolarismo, e todos esses *ismos* sociais que hoje a minam, a tornam tão tumultuosa e rude – quando os colonos eram puritanos e graves; quando a charrua enobrecia; quando a instrução e a educação residiam entre os homens da lavoura; quando poetas e moralistas habitavam casas de madeira que as suas mãos construía; quando grandes médicos percorriam a cavalo as terras, levando familiarmente a farmácia nas bolsas largas da sela: quando Governadores e Presidentes da República saíam de humildes granjas; quando as mulheres teciam os linhos de seus bragais e os tapetes das suas vivendas; quando a singeleza das maneiras vinha da candidez dos corações; quando os lavradores formavam uma classe que, pela virtude, pelo saber, pela inteligência, podia ocupar nobremente todos os cargos do Estado; e quando a nova América espantava o mundo pela sua originalidade, forte e fecunda.

Pois bem, caro amigo! em vez de terem escolhido esta existência que daria ao

Brasil uma civilização sua, própria, genuína, de admirável solidez e beleza – que fizeram os Brasileiros? Apenas as naus do Senhor D. João VI se tinham sumido nas névoas atlânticas, os Brasileiros, senhores do Brasil, abandonaram os campos, correram a apinhar-se nas cidades e romperam a copiar tumultuariamente a nossa civilização europeia no que ela tinha de mais vistoso e copiável. Em breve o Brasil ficou coberto de instituições alheias, quase contrárias à sua índole e ao seu destino, traduzidas à pressa de velhos compêndios franceses. O Jornal, o Artigo de Fundo, a balofa Retórica Constitucional, a tirania da Opinião Pública, os descaros da Polêmica, todas as intrigas da politiquice, se tornaram logo males correntes.

Os velhos e simples costumes foram abandonados com desdém: cada homem procurou para a sua cabeça uma coroa de barão, e, com 47 graus de calor à sombra, as senhoras começaram a derreter dentro dos gorgorões e dos veludos ricos. Já nas casas não havia uma honesta cadeira de palhinha, onde, ao fim do dia, o corpo encontrasse repouso e frescura: e começavam os damascos de cores fortes, os móveis de pés dourados, os reposteiros de grossas borlas, todo o pesadume de decoração estofada com que Paris e Londres se defendem da neve, e onde triunfa o micróbio. Imediatamente alastraram as doenças das velhas civilizações, as tuberculosas, as infecções, as dispepsias, as nevroses, toda uma surda deterioração da raça. E o Brasil radiante – porque se ia tornando tão enfezado como a Europa, que tem três mil anos de excessos, três mil anos de ceias e de revoluções!

No entanto já possuía a Democracia, o Industrialismo, a Sociedade por ações em todo o delírio das suas formas infinitas, a luz eléctrica, o “veneno francês” sob as marcas principais do Champanhe e do Romance. Estava maduro para os maiores requintes, e mandou então vir pelo pacote o Positivismo e a Ópera bufa. Foi uma tremenda orgia: ensinou-se aos sabiás a gorjear *Madame Angot*, e vendedores de retalho citavam Augusto Comte... Para que prolongar o inventário doloroso? Bem cedo, do Brasil, do generoso e velho Brasil, nada restou: nem sequer brasileiros, porque só havia doutores – o que são entidades diferentes. A Nação inteira se doutorou. Do Norte ao Sul, no Brasil, não há, não encontrei senão doutores! Doutores, com toda a sorte de insígnias, em toda a sorte de funções! Doutores, com uma espada, comandando soldados; doutores, com uma carteira, fundando bancos; doutores, com uma sonda, capitaneando navios ; doutores, com um apito, dirigindo a polícia; doutores, com uma lira, soltando carmes; doutores, com um prumo, construindo edifícios; doutores, com balanças, misturando drogas; doutores, sem coisa alguma, governando o Estado! Todos doutores. O Dr. Tenente-Coronel... O Dr. Vice-almirante... O Dr. Chefe de Polícia... O Dr. Arquiteto... Homens inteligentes, instruídos, polidos, afáveis – mas todos doutores!

E este título não é inofensivo: imprime caráter. Uma tão desproporcionada legião de doutores envolve todo o Brasil numa atmosfera de doutorice.

Ora o feitio especial da doutorice é desatender as realidades, tudo conceber *a priori*, e querer organizar e reger o mundo pelas regras dos compêndios. A sua expressão mais completa está nesse doutor, Ministro do Império, que em todas as questões públicas nunca consultava as necessidades da Nação, mas folheava com ansiedade os livros, a procurar o que, em casos vagamente parecidos, Guizot fizera em França, Pitt em Inglaterra. São estes doutores, brasileiros de nacionalidade, mas não de nacionalismo, que cada dia mais desnacionalizam o Brasil, lhe matam a originalidade nativa, com a teima doutoral de moralmente e materialmente o enfardelarem numa fatiota europeia feita de francesismo, com remendos de vago inglesismo e de vago germanismo.

Assim, o livre gênio da Nação é constantemente falseado, torcido, contrariado na sua manifestação original – em tudo; em Política, pelas doutrinas da Europa; em Literatura, pelas escolas da Europa; na Sociedade, pelas modas da Europa.

A famosa carta de alforria de 29 de Agosto de 1825 não serviu para as inteligências. Intelectualmente o Brasil é ainda uma colônia – uma colônia do Boulevard. Letras, ciências, costumes, instituições, nada disso é nacional; – tudo vem de fora, em caixotes, pelo paquete de Bordéus, de sorte que esse mundo, que orgulhosamente se chama novo, o Novo Mundo, é na realidade um mundo velhíssimo, e vincado de rugas, dessas rugas doentias, que nos deram, a nós, vinte séculos de Literatura.

Percorri todo o Brasil à procura do novo e só encontrei o *velho*, o que já é velho há cem anos na nossa Europa – as nossas velhas ideias, os nossos velhos hábitos, as nossas velhas fórmulas, e tudo mais velho, gasto até ao fio, como inteiramente acabado pela viagem e pelo sol. Sabe o que me parecia (para resumir a minha impressão numa imagem material, como recomenda Buffon)? Que por todo o Brasil se estendera um antigo e coçado tapete, feito com os remendos da civilização europeia, e recobrimdo o tapete natural e fresco das relvas e das flores do solo... Concebe V. maior horror? Sobre um jardim perfumado, em pleno viço, tudo tapar, tudo esmagar, rosas abertas e botões que vão abrir, com um tapete de lã, esburacado, poeirento, cheirando a bafio!

E haverá remédio para tão duro mal? Decerto! Arrancar o tapete sufocante. Mas que Hércules genial empreenderá esse trabalho santo? Não sei.

Em todo o caso, creio que o Brasil tem ainda uma *chance* de reentrar numa vida nacional e só brasileira. Quando o império tiver desaparecido, perante a revolução jacobino-positivista que já lateja nas escolas, e que os doutores de

pena hão de necessariamente fazer de parceria com os doutores de espada; quando, por seu turno, essa República jacobino-positivista murchar como planta colocada artificialmente sobre o solo e sem raízes nele, e desaparecer de todo, uma manhã, levada pelo vento europeu e doutoral que a trouxe; e quando de novo, sem luta, e por uma mera conclusão lógica, surgir no Paço de S. Cristóvão um novo imperador ou rei – o Brasil, repito, nesse momento tem uma *chance* de se desembaraçar do “tapete europeu” que o recobre, o desfeia, o sufoca. A *chance* está em que o novo imperador ou rei seja um moço forte, são, de bom parecer, bem brasileiro, que ame a natureza e deteste o livro.

Não vejo outra salvação. Mas no dia ditoso em que o Brasil, por um esforço heróico, se decidir a ser brasileiro, a ser do *novo mundo* – haverá no mundo uma grande nação. Os homens têm inteligência; as mulheres têm beleza – e ambos a mais bela, a melhor das qualidades: a bondade. Ora uma nação que tem a bondade, a inteligência, a beleza (e café, nessas proporções sublimes) – pode contar com um soberbo futuro histórico, desde que se convença que mais vale ser um lavrador original do que um doutor mal traduzido do francês.

Não me queira mal por toda esta desordenada franqueza, e creia-me tão amigo do Brasil como seu.

Paris, 1888.

FRADIQUE MENDES - TESTAMENTO DE MECENAS (INÉDITO DAS “CARTAS DE INGLATERRA”)

Esta carta de Inglaterra é datada de Portugal e tem por assunto o Brasil. Mas eu sou um homem de letras, um simples *fazedor de livros*, como dizia o rude filósofo

Carlyle, e portanto, para mim, mais interessante do que a Irlanda coberta neste momento de forcas; mais interessante que a *Exposição das Artes da Pesca*, aberta agora em Londres, tão completa que se vêem barcos japoneses pescando ao candeio nos riachos do parque de Kensington, como numa paisagem de leque, e tão minuciosa que as divinas trutas da Noruega são fritas por peixeiras vindas expressamente da Dalecária; mais interessante que os esplendores sombrios e bárbaros da coroação do Czar; mais interessante que os nomes feios que um certo fabricante de tapetes baratos nos chamou no Parlamento Inglês, esse rico e ruidoso clube onde se conversa, irresponsavelmente e de chapéu na cabeça, sobre todos os negócios do Universo; mais interessante mesmo que essa rajada de paixão patriótica que atravessou Portugal e que nos levou a pedir à Europa, por meio de folhetos em verso, que se *aniquilasse a Inglaterra*; mais interessante que tudo, para mim, homem de livros – é o singular e brilhante testamento do Comendador Peres Cardoso.

Foi em meados de Abril que os jornais de Lisboa, num tom feito de assombro e de incredulidade, copiaram dos jornais do Rio de Janeiro a notícia de ter morrido um Comendador chamado Peres Cardoso, natural de Cinfães, deixando um testamento extraordinário, concebido quase todo em favor da literatura, com maços de apólices a distribuir entre poetas e romancistas, doações de livros, em lotes de cinquenta volumes, a todo o escritor que fizesse cortejo ao seu caixão, deixas de prédios para fundar jornais – a esplêndida despedida de um Mecenas, que atravessa da sua biblioteca para a sua sepultura, arremessando punhados de ouro sobre a multidão de letras. E entre todas estas prodigalidades lá sobressaía uma, a mais tocante, a que me põe agora a pena na mão – os doze contos de réis, em apólices da dívida pública, deixados, não a seis padres, nem mesmo a seis advogados, mas a seis simples fazedores de livros portugueses, João de Deus, Crespo, Junqueiro, Camilo, Chagas, e eu.

A impressão foi grande aqui, nesta terra, pouco acostumada a tais larguezas. Estes casos são frequentes lá fora. Em Inglaterra, o pomposo Macaulay, o bom Dickens receberam, em legados de dinheiro e de obras de arte, testemunhos repetidos do amor ou do orgulho que inspiravam aos seus concidadãos. Na Alemanha, não é raro que um banqueiro judeu de Berlim ou de Francoforte deixe no seu testamento, por mero fausto, alguns centos de florins a um filósofo

que anda arranjando uma nova explicação do Uni-verso, ou a um desses sábios como os amava Hoffmann, que passam quarenta anos na trapeira de uma melancólica cidade universitária, ressequindo-se dentro de uma especialidade inverosímil – como aquele que escreveu doze grossos volumes sobre a *fisionomia das serpentes*. A Holanda ainda há pouco deu, por subscrição pública, uma fortuna a esse subtil e amargo humorista que assina *Multatulli*. Em França, os homens ricos dão toda a sorte de coisas boas aos homens grandes: Vítor Hugo recebeu um dia, de um dos seus fanáticos, cinquenta pipas de rum da Jamaica: a Júlio Verne, esse encanto das crianças e dos convalescentes, foi agora doado um palácio em Itália dentro de um parque, verdadeiro paraíso de cardeal, com águas vivas cantando em bacias de mármore...

Em Portugal, porém, foi-se sempre lamentavelmente mesquinho com os homens de letras. Mesmo quando a literatura vivia exclusivamente da generosidade da nobreza, e era o luxo de toda a casa morgada ter, além do seu capelão privado, o seu vate doméstico – um espírito da ordem do Nicolau Tolentino o mais que granjeava, a troco de trabalhoso soneto ou cansativa ode, era algum resto de peru assado, sobejo frio da copa; e em ocasiões de munificência, dia de anos ou batizado, lá vinha então uma vara de briche para calções ou uma peça de 7\$500 réis, embrulhada num papel – e às vezes falsa. Mas, desde que as brutalidades da Democracia desarranjaram esta bela ordem de coisas, e que nunca mais houve em Portugal um fidalgo que tivesse peru de sobejo – nenhum escritor tornou jamais a receber, em metal ou comestíveis, o menor testemunho de simpatia literária dos seus compatriotas liberais...

E isto faz-me pensar como em Portugal, as pessoas dos escritores, inspiram pouca curiosidade e perturbam pouco as imaginações meridionais. Lá fora, em França, na Inglaterra, na Alemanha, mesmo sem contar os semideuses radiantes e irresistíveis, como Byron, como Lamartine, como Goethe, não há poeta que não tenha recebido um dia alguma dessas vagas e difusas cartas de amor, algum desses anônimos presentes de flores ou de almofadas bordadas, que revelam que existe algures uma doce criatura a quem o poeta parece tão poético como os seus poemas, e que está desejando sentir bater o mais perto possível do seu coração, à distância de um corpete de vestido, de um chambre, ou ainda de menos, o coração eloquente e cáldo de onde brotou tanta paixão bem rimada... Em Portugal, não consta das indiscrições pessoais, nem dos anais literários, que jamais isto sucedesse – nem mesmo àqueles que foram, por profissão ou temperamento, *poetas de sentimento*.

Os volumezinhos de João de Lemos, de Soares de Passos, estiveram anos sem conta em todos os cestos de costura: e essas composições poéticas, tão doloridas e libidinosas, que eles intitulavam *A ti! A ela!* fizeram suspirar e cismar sobre os seus bordados, ou sobre os seus tachos de doce, duas gerações de

senhoras... Poucas eram então as *soirées* de terra pequena, em que lindos olhos negros se não umedecessem, quando um bacharel se erguia, depois do chá, e, com o lenço branco na mão, dizia às senhoras o *Noivado do Sepulcro*, os dois amorosos esqueletos enganchados um no outro, ou então esse famoso *Adeus!* que foi nestes remos, durante vinte anos, a expressão oficial, e a única garantida pela academia, das dores da separação e das torturas da ausência. E a quantas janelas de província, por noites claras de Estio, não se veio apoiar um vulto, de xale pelos ombros e os cabelos já dentro da rede, murmurando a *Lua de Londres*, enquanto por baixo o quintal dormia, e o relógio da casa da câmara ia batendo tristemente as dez! Pois, que se saiba, nenhum destes poetas, nem dos outros que têm sido entre nós os fornecedores seletos da sentimentalidade da província, teve jamais a alegria de receber qualquer prova anônima de simpatia inspirada – uma farta lampreia de ovos ou um par de suspensórios bordados a miçanga. E todavia, quem como eles falou de amor e de beijos, de delírios, de corpos enlaçados, de virgens que lhes caíam aos pés, de corações patrícios sangrando por entre as cordas das suas liras?

Com todo este tremendo reclamo feito aos seus encantos pessoais e ao seu extraordinário vigor amoroso, nunca houve em toda essa província uma exaltada, uma idealista, uma esposa de boticário, que lhes oferecesse, pelo correio, *um coração que ainda não bateu senão por V. Exª!*...

Humilhante indiferença para a literatura portuguesa! Alfredo de Musset encontrava, quase todas as manhãs, sobre a mesa do almoço, um bilhete aromatizado, cuja letra assustada e tremida revelava bem que a mão que a traçara estava ainda nervosa de ter tocado as páginas ardentes de *Namouna* ou de *Rolla*. As madeixas de cabelos anônimas, remetidas a Balzac pelas suas admiradoras que julgavam reconhecer-se na *Mulher de Trinta Anos*, no *Lírio do Vale* ou na duquesa de Maufrigneuse, foram em tal número que o autor do *Père Goriot* pôde encher com elas esse extraordinário tubo de vidro que lhe servia de bengala – e que não passava, na realidade, de um chouriço de provas de afeto. Estes poetas, aqui, não recebem nada! E como se as nossas concidadãs lhes considerassem os poemas como obras impessoais – coisas mandadas fazer numa fábrica, pelo Governo, para uso da melancolia nacional...

Os únicos escritores portugueses que receberam anonimamente alguma coisa, por meio do correio, fomos nós, Ramalho Ortigão e eu, quando redigíamos ambos as *Farpas*: recebíamos então regularmente do Brasil – promessas de bordoadas.

Foi por isso larga e ruidosa a sensação – quando nos chegou a nova tocante desse testamento, em que seis escritores portugueses eram publicamente coroados com apólices da Dívida Pública. A imprensa, um momento

surpreendida, impressionou-se, aqueceu, e fez uma ovação ao Comendador Peres Cardoso; este defunto obscuro saboreou assim, durante semanas, a popularidade de um herói vivo. Às portas das tabacarias, (onde Lisboa faz sobre os seus bocados de impressões os seus bocados de frases) o testamento do Comendador era mais discutido que a questão do Zaire, como se sentisse, enfim, que o que se prende com a nossa literatura, interessa mais a nossa nacionalidade do que a posse ou a perda dessas estúpidas terras negras, que só nos dão humilhações e febres... Nas salas, as senhoras, interessavam-se por este homem: achava-se que ele tinha feito alguma coisa de brilhante e de chique: e desejava-se saber a sua idade, a sua figura, os seus gostos e o romance da sua vida. Não houve então brasileiro residente em Lisboa que não fosse detido, duas e três vezes, no seu caminho, com a mesma pergunta, no mesmo sorriso: “Quem é o Comendador Peres Cardoso? Que sabe V. do Peres Cardoso?...” Este estremecimento de simpatia ondulou até para além da fronteira: os jornais espanhóis falaram do Comendador, chamando-lhe *um noble fidalgo* e tratando-o de Mecenas... Era, enfim, um enternecimento, um vasto reconhecimento público – como se o país tivesse pela primeira vez recebido uma afirmação positiva, explícita e visível da sua superioridade intelectual.

Ama Lisboa os seus homens de letras? Não direi que os ame. Mas, há tempos para cá, Lisboa – vendo nas suas ruas os *tramways* americanos, e os jornais franceses apregoados à porta dos seus teatros, e fotografias de *cocottes* nas vitrinas das suas lojas – imaginou que isto era a Civilização, e passou a considerar-se a si mesma cidade civilizada. Desde então Lisboa corrigiu-se cuidadosamente de alguns defeitos selvagens, lavou-se, apurou-se, e, para manter a sua linha de capital culta e chique, impôs-se a si mesma certos hábitos e constrangeu-se a certas *poses*. Lisboa já põe casaca à noite; anda-se arruinando com um *boulevard*; finge entender de bricabraque; já vai às corridas e já aposta com coragem a sua placa de cinco tostões: – e Lisboa, enfim, já não despreza os seus homens de letras. Aqui há vinte anos, quando se dizia de um desgraçado *que ele era um literato* – tinha-se dito dele tudo quanto a imaginação burguesa podia conceber de mais humilhante e de mais esmagador. Hoje, se o mesmo sujeito passa na rua, Lisboa (já civilizada, mas encostada ainda às esquinas) observa-o com simpatia e diz com respeito: “E um rapaz de muito talento”. Nós agora, aqui em Lisboa, temos todos muito talento!

Enfim, Lisboa ainda se não elevou decerto à compreensão de que uma literatura é a melhor justificação de uma nacionalidade – e muitos anos passarão antes que ela acredite que são os homens de letras que dão, a um país, a sua posição e o seu valor na civilização; que um soneto pode salvar uma nação do esquecimento; e que, se ainda hoje se fala tanto de Roma, é isso devido às odes

de um sujeito que no seu tempo não foi nem senador, nem banqueiro, mas um simples *bon-vivant*, e que se chamava Horácio. Mas é certo que Lisboa já vai considerando os seus literatos como um luxo que se deve ter, alguma coisa de decorativo que fica bem dentro de uma cidade, o quer que seja de brilhante que destaca da melancólica rotina das democracias. O seu sentimento pelos homens de letras, é o de um burguês pelos belos móveis de cetim da sua sala rica: gosta deles, usa-os pouco, e estima sobretudo que os outros lhos gabem. E assim se explica o rumor de simpatia que se elevou, ondulou em torno do testamento do Comendador Peres Cardoso. O público viu nele mais do que um frio papel selado, contendo as últimas vontades de um proprietário generoso. Viu nele um verdadeiro artigo de crítica, um original artigo de crítica em ação, sobre a literatura portuguesa, feito por um homem de gosto, à hora da sua morte. Somente os escritores, ali, não eram julgados por meio de frases.

O Comendador Peres Cardoso não era um Taine, nem um Sainte-Beuve. Era antes um manejador de fundos públicos. Para ele, nem a frase, nem talvez mesmo a ideia constituíam a coisa bela e suprema em que se pode ocupar uma vida de homem: para ele essa coisa suprema e bela estava no papel de crédito de onde se tira um juro. Por isso, quando na sua revista através das letras portuguesas, ele encontrava um poeta ou um romancista que o satisfizesse, não lhe marcava o valor por meio de uma dessas frases, jóias de subtileza, que deixam em torno do artista e da sua obra uma vaga claridade de auréola. A sua aprovação tomava uma outra forma rude e sincera: abria a gaveta e depositava sobre a obra de arte, e com endosso ao artista, duas apólices da Dívida Pública. Assim considerada, a apólice vale bem uma coroa, feita de velhas flores de retórica: e, positivamente, eu não julgo esta maneira de fazer crítica inferior à de Sainte-Beuve e à de Taine!

No fim deste manuscrito há a rubrica (*Continua*); mas a continuação não apareceu entre os papéis do Autor.

O “FRANCESISMO”

Há já longos anos que eu lancei esta fórmula: – *Portugal é um país traduzido do francês em vernáculo*. A secura, a impaciência, com que ela foi acolhida, provou-me irrecusavelmente que a minha fórmula era subtil, exata, e se colava à realidade como uma pelica. E para lhe manter a superioridade preciosa da exatidão, fui bem depressa forçado a alterá-la, de acordo com a observação e a experiência. E de novo a lancei assim aperfeiçoada: – *Portugal é um país traduzido do francês em calão*. E desta vez a minha fórmula foi acolhida com simpatia, com reboliço, e rolou de mão em mão como uma moeda de ouro bem cunhada e rutilante, que é agradável mostrar, fazer tinir sobre o mármore dos botequins. Já a encontrei brilhando num almanaque, numa comédia do *Príncipe Real* e num sermão. Por que foi este novo, carinhoso acolhimento? Quem sabe? Talvez porque a ideia da vernaculidade desagradava, lembrando pedantismo, caturrice, a Academia das Ciências, o pingo de rapé, outras coisas antipáticas. Enquanto que a ideia de calão nos sugere, sobretudo a nós lisboetas, chalaça alegre, bacalhau de cebolada, Chiado, Grémio, pescada frita nas hortas, em tarde de sol e poeira, e outras delícias, de que eu, ai de mim, estou aqui privado!

Em todo o caso, ou à maneira de Curvo Semedo, o clássico, ou à maneira do Zé Pinguinhas, o fadista, é evidente que há quarenta anos, desde a Patuleia, Portugal está curvado sobre a carteira da escola, bem aplicado, com a ponta da língua de fora, fazendo a sua civilização, como um laborioso tema, que ele vai vertendo de um largo traslado aberto defronte – que é a França. Quem dependurou ali o traslado para que Portugal copiasse, com finos e grossos? Talvez os homens de 1820; talvez os românticos da Regeneração. Eu não fui; – tenho sido acusado com azedume, nos periódicos, ou naqueles bocados de papel impressos, que em Portugal passam por Periódicos, de ser *estrangeirado*, *afrancesado*, e de concorrer, pela pena e pelo exemplo, para *desportuguesar Portugal*. Pois é um desses erros de Salão, em que tão fértil é a frivolidade meridional. Em lugar de ser culpado da nossa desnacionalização, eu fui uma das melancólicas obras dela. Apenas nasci, apenas dei os primeiros passos, ainda com sapatinhos de crochê, eu comecei a respirar a França. Em torno de mim só havia a França. A minha mais remota recordação é de escutar, nos joelhos de um velho escudeiro preto, grande leitor da literatura de cordel, as histórias que ele me contava de Carlos Magno e dos Doze Pares. Havia aí certamente grandes lições de valor, de lealdade, de heroísmo: mas eram virtudes cavalheirescas que se provavam todas nos montes da Provença ou de Navarra. De cavaleiros portugueses, que dessem cutiladas nos mouros, nunca me contaram história alguma à lareira. Também o meu preto lia contos tristes das águas do mar. Eram as aventuras de um João de Calais. As naus afundavam-se, os gajeiros gritavam

terra, mas era tudo em frios mares da Bretanha. De navegadores portugueses, em galeões portugueses, não me contaram jamais história alguma à lareira.

Depois ensinaram-me a ler: e o Estado, que certamente tinha interesse em que eu soubesse ler, e que, por meio das suas Repartições Públicas, estudara prudentemente o livro que melhor me convinha, como lição moral, e como lição patriótica, meteu-me nas mãos um volume traduzido do francês e chamado *Simão de Nântua*. Eram as aventuras de um justo: abundavam lá os exemplos de modéstia, de diligência, de caridade, de pudor; mas todas estas virtudes, suaves e íntimas, se exibiam longe, em Dijon, na Alsácia, e nas estalagens da Picardia. De sorte que, para mim, todos os justos, bem como todos os heróis, só em França se produziam na perfeição, como os espargos, nessa França de onde tudo que é amável vinha, de onde eu mesmo viera, como outras crianças, num açafate de alfazema e cravo. Depois, comecei a subir o duro calvário dos Preparatórios: e desde logo, a coisa importante para o Estado foi que eu soubesse bem francês. Decerto, o Estado ensinava-me outras disciplinas, entre as quais duas, horrendas e grotescas, que se chamavam, se bem recordo, a *Lógica* e a *Retórica*. Uma era destinada a que eu soubesse bem pensar, e a outra, correlativamente, a que eu soubesse bem escrever. Eu tinha então doze anos. Para eu saber pensar, o Estado e os seus professores forçavam-me a decorar diariamente laudas de definições, de fórmulas misteriosas, que continham a essência, o segredo das coisas, compiladas do francês, de velhos compêndios de Escolástica. Era terrível! O lente, casmurro e soturno, perguntava:

– Quantos são os impossíveis?

Eu devia papaguear em voz clara:

– Dois. O impossível físico, que o homem não pode fazer, mas Deus pode; por exemplo: ressuscitar. O impossível metafísico, que nem ao homem, nem a Deus mesmo é permitido, como, por exemplo, que uma coisa, ao mesmo tempo, seja e não seja!

“Que nem a Deus é permitido!” Havia pois alguma coisa que nem a Deus era permitida? E quem era então esse outro poder, que, mais onipotente, mais alto nas nuvens, lho não permitia? A minha cartilha, traduzida também do francês, com a aprovação de um bispo francês) ensinava-me, por outro lado, que Deus é absoluto) de ilimitado poder, e que as suas vastas mãos, que o Universo fizeram) podem o Universo desfazer. Qual tinha pois razão, destes dois livros que o Estado me impunha? A Cartilha? A Lógica? Dúvida pavorosa, primeiro tormento de alma, em que só antevia uma coisa certa) inevitável: – o R, a *raposa*. Mas bem depressa compreendi que esta Lógica, com a divertida, faceta,

incomparável Retórica, que tive de decorar durante um ano, eram decerto disciplinas em que o Estado não tinha interesse que eu fosse perfeito.

O seu desejo estava todo em que eu soubesse bem francês. Quando cheguei na diligência a Coimbra, para fazer o exame de Lógica, Retórica e Francês, o presidente da mesa, professor do Liceu, velho amável e miudinho, de batina muito asseada, perguntou logo às pessoas carinhosas que se interessavam por mim:

– Sabe ele o seu francês?

E quando lhe foi garantido que eu recitava Racine tão bem como o velho Talma, o excelente velho atirou as mãos ao ar, num imenso alívio.

– Então está tudo ótimo! Temos homem!

E foi tudo ótimo, recitei o meu Racine, tão nobremente como se Luís XIV fosse lente, apanhei o meu *nemine*, e à tarde, uma tarde quente de Agosto, comi com delícia a minha travessa de arroz-doce na estalagem do *Paço do Conde*. E desde então nunca mais saí do francês. Quando no último ano de Preparatórios, o Estado, subitamente, se lembrou que era conveniente que eu tivesse algumas noções do Universo, foi através de um Compêndio francês, o *Langlebert*, que me relacionei com os três Remos da Natureza. Conheci mais tarde em Paris este Langlebert, que é um médico, no Quartier

Latin. E contei-lhe como nas páginas tão sabiamente por ele compiladas, eu aprendera de cor a fórmula química da água e a teoria do pára-raios. Langlebert, coçando risonhamente o seu espesso colar da barba, considerou-me com ternura, como a um bárbaro que dá proveito:

– Oui, oui, vous n'avez pas de ces Livres là-bas... Et j'en suis bien aise! Ça me fait une jolie rente...

Creio bem que lhe fizesse uma linda renda não termos esses livros *cá em baixo!*

E outros decerto faziam lindas rendas, eles ou os Editores, porque, apenas entrei na Universidade, fui abrindo o meu rego de bacharel através de livros franceses. Direito natural, Direito público, Direito internacional, todos os Direitos, ou em compêndios ou em expositores, eram franceses, ou compilados abertamente do francês, ou secretamente surripiados do francês. E, sobre a mesa de pinho azul dos meus companheiros de casa, só se apinhavam livros franceses de Matemática, de Cirurgia, de Física, de Química, de Teologia, de Zoologia, de Botânica. Tudo francês! Algumas lições eram dadas em francês, por lentes preclaros, carregados de condecorações, que pronunciavam *il faut – ile*

faúte. Aquele corpo docente nunca tivera bastante atividade intelectual para fazer os seus compêndios. E todavia Coimbra fervilhava de lentes, que decerto tinham ócios.

Havia-os no meu tempo inumeráveis, moços e vetustos, ajanotados e sórdidos, castos e debochados, e todos decerto tinham ócios; mas empregavam-nos na política, no amanho das suas terras, no bilhar, na doçura da família, no trabalho de dominar pelo terror o pobre acadêmico encolhido na sua batina; e o saber necessário para confeccionar a *sebenta*, iam buscá-lo todos os meses aos livreiros da Calçada, que o recebiam de França, encaixotado, pelo pacote do Havre.

Ora naturalmente até aqui, simples estudante, eu do vasto mundo só vira, só me interessara, por aquele detalhe que mais se relaciona com o estudante – o compêndio. E só encontrava, só respirava o francês. Mas depressa, compreendendo que por aquele método de decorar todas as noites, à luz do azeite, um papel litografado que se chama a *sebenta*, eu nunca chegaria a poder distinguir, juridicamente, o justo do injusto, decidi aproveitar os meus anos moços para me relacionar com o mundo. Comecei por me fazer ator do Teatro Acadêmico. Era *pai nobre*. E, durante três anos, como *pai nobre*, ora grave, opulento, de suíças grisalhas, ora aldeão trêmulo, apoiado ao meu cajado, eu representei entre as palmas ardentes dos acadêmicos, toda a sorte de papéis de comédias, de dramas – tudo traduzido do francês. Por vezes, tentávamos produzir alguma coisa de mais original, de menos visto que a *Dama das Camélias*, ou o *Chapéu de Palha de Itália*; reunimo-nos, com papel e tinta; e entre aqueles moços, nascidos em pequenas vilórias da província, novos, frescos, em todo o brilho da imaginação, uma só ideia surgiu: *traduzir alguma coisa do francês*. Um dia, porém, Teófilo Braga, farto da França, escreveu um drama, conciso e violento, que se chamava *Garção*. Era a história e a desgraça do poeta Garção. Eu representei o Garção, com calções e cabeleira, e fui sublime; mas o Garção foi acolhido com indiferença e secura. E um só grito ressoou nos bastidores:

– Ora aí têm... Um fracasso! Pudera! Peças portuguesas!...

Imediatamente nos refugiamos no francês e em Scribe.

O Teatro, pouco a pouco, pusera-me em contato com a literatura. Encontrei, organizada, completa, uma larga sociedade literária a que em parte presidia o homem, entre todos excelente e grande, que é mais que uma glória da sua pátria, porque é uma glória do seu século. Mas, à parte esse, em quem as largas, fecundas correntes do saber contemporâneo não alteravam de todo esse feitio especial, profundamente português, de ilhéu de boa raça, descendente de

navegadores do século XVI – todo o resto desse rancho encantador parecia ter chegado na véspera do *Quartier Latin*. Sobre as mesas, só havia livros franceses; nas cabeças só rumorejavam ideias francesas; e o cavaco, entre a fumaraça, tomava invariavelmente o picante gosto francês. O que se lia? Só a França.

Toda a França – desde Mery a Proudhon e desde Musset a Littré. Em todo o tempo que vagueei pelas margens do Mondego, creio que não abri um livro português, a não ser, em vésperas de ato, e com infinita repugnância, a *Novíssima Reforma Judiciária*. Mas conhecia, como todos os meus amigos, cada romancista, cada poeta francês, não só na sua obra, mas na sua vida – nos seus amores, nos seus tiques, e no seu estado de fortuna.

Foi por esse tempo que eu e alguns camaradas nos entusiasmos pela pintura francesa!...

E extraordinário, bem sei, considerando que estávamos então a seis longos dias de viagem do Louvre e do Luxemburgo, e do *Salon*. Mas tínhamos os críticos, todos os críticos de arte, desde Diderot até Gautier, e era na prosa deste que nós admirávamos estaticamente a sobriedade austera de Ingres ou o colorido apaixonado de Delacroix. E em tudo isto eu obedecia sempre a um impulso, a uma grande corrente, como uma folha que bóia na água.

Com a minha carta de bacharel num canudo, trepei enfim um dia para o alto da diligência, dizendo adeus às veigas do Mondego. Justamente nesse mesmo tejadilho ia um francês, um *commis-voyageur*. Era um colosso, de lunetas, duro e brusco, com um queixo maciço de cavalo, que, à maneira que o coche rolava, ia lançando através dos vidros defumados um olhar às terras de lavoura, aos vinhedos, aos pomares, como se os sopesasse e lhes calculasse o valor, torrão a torrão. Não sei porquê, deu-me a impressão de um agiota, estudando as terras de um morgado arruinado. Conversei com este animal; ele pareceu surpreendido da minha facilidade no francês, do meu conhecimento do francês, da política de França, da literatura de França. De fato, eu conhecia romancistas, filósofos franceses, que ele ignorava. E ainda recordo o tom de alta protecção, com que me disse, batendo-me no ombro, enquanto nós rolávamos na estrada, vendo em baixo, no vale, o mosteiro da Batalha:

– Vous avez raison, il faut aimer la France... Il n'y a que ça! Et puis, vous avez, il faut que nous vous fassions des choses, des chemins de fers, des docks, des choses...

Mais il faut nous donner votre argent...

Creio que realmente, depois, temos dado *notre argent* à França, largamente!

Enfim, cheguei à capital de Portugal – e lembro-me que a primeira coisa que me impressionou foi ver a uma esquina um grande cartaz, anunciando a representação de *Cançonetas francesas*, no Cassino, a brilhante M.me Blanche, e a incomparável *Blanchisseuse*. Era outra vez a França, sempre a França. Eu deixara-a dominando em Coimbra, sob a forma filosófica; vinha encontrá-la conquistando Lisboa, de perna no ar, sob a forma de canção...

Começou então a minha carreira social em Lisboa. Mas era realmente como se eu habitasse Marselha. Nos teatros – só comédias francesas; nos homens – só livros franceses; nas lojas – só vestidos franceses; nos hotéis – só comidas francesas... Se nesta capital do Reino, resumo de toda a vida portuguesa, um patriota quisesse aplaudir uma comédia de Garrett, ou comer um arroz de forno, ou comprar uma vara de briche – não podia.

Nem nos palcos, nem nos armazéns, nem nas cozinhas, em parte alguma restava nada de Portugal. Só havia arremedos baratos da França. A particular atmosfera de coscuvilhice política, que é tão peculiar a Lisboa como o nevoeiro a Londres, forçou-me, a meu pesar, a embrenhar-me também na política. Em que política? Boa pergunta!

Na francesa! Porque havia então em Lisboa toda uma classe culta e interessante de políticos “franceses”, que, no Grêmio, na Havanesa, à porta do Magalhães, faziam uma oposição cruel, amarga, inexorável, ao Império Francês e ao Imperador Napoleão!

Também havia decerto, na Baixa, no Passeio Público, imperialistas, que tinham empreendido a campanha da Ordem contra Rochefort, e contra Gambetta. Mas era uma minoria. Lisboa toda arreganhava o dente para o imperador. E, naturalmente, eu, moço e ardente, cheio de ideias de Liberdade, e de República, trasbordando de ódio contra essa corja dos Rouher e dos Baroche, que proibiam o teatro de Hugo, e tinham levado à polícia correcional Gustavo Flaubert, lancei-me vivamente na oposição às Tulherias. O que eu conspirei! Jesus, o que eu conspirei! O meu desejo era filiar-me na Internacional!

E lembra-me que uma noite, a propósito de não sei que novo escândalo do Império, achando-nos uns poucos no Martinho, em torno de um café, exclamamos todos, pálidos de furor, cerrando os punhos:

– Isto não pode ser! Já sofremos bastante. É necessário barricadas, é necessário descer à rua!

Descer à rua, era a ameaça terrível. E descemos o degrau do Martinho! Depois, na rua, sob o quente luar de Julho, ouvindo os foguetes para os lados do Passeio Público, voltamos para lá os passos frementes – porque um de nós, o mais

exaltado, encontrava lá uma certa senhora, em noites de fogo preso. Ah mocidade, mocidade, incomparável encanto! Onde estão os entusiasmos de então, a santa palidez que nos cobria a face ante o espetáculo da injustiça, e a doçura que encontrávamos nos luares de Maio, e os foguetes alegres do Passeio?

Enquanto à Política propriamente portuguesa, escuso dizer que nenhum de nós verdadeiramente sabia se o regime que nos governava era a Constituição ou o Absolutismo. De tais detalhes portugueses não curavam os filhos de Danton. E enquanto às divisões parlamentares de Regeneradores, Históricos, Reformistas, nem sequer as suspeitávamos, nós que conhecíamos as menores *nuances* da oposição francesa, e que distinguíamos as pequenas subtilezas de opinião que dividiam Jules Favre e Gambetta, Picard e Jules Simon.

Mas para que hei de continuar? Não quero escrever uma página de memórias.

Apenas mostrar, tipicamente, como eu, e toda a minha geração (excetuando espíritos superiores, como Antero de Quental ou Oliveira Martins) nos tínhamos tornado fatalmente franceses no meio de uma sociedade que se afrancesava e que, por toda a parte, desde as criações do Estado até ao gosto dos indivíduos, rompera com a tradição nacional, despindo-se de todo o traje português, para se cobrir – pensando, legislando, escrevendo, ensinando, vivendo, cozinhando – de trapos vindos da França!

Esta geração cresceu, entrou na política, nos negócios, nas letras, e por toda a parte levou o seu francesismo de educação, espalhou-o nos livros, nas leis, nas indústrias, nos costumes, e tornou este velho Portugal de D. João VI uma cópia da França, malfeita e grosseira. De sorte que, quando eu, lentamente, fui emergindo dos farrapos franceses em que essa educação me embrulhara, e tive consciência do postiço estrangeiro da nossa civilização, eu pude dizer que *Portugal era um país traduzido do francês* – no princípio em vernáculo, agora em calão.

Mas dir-me-ão: – Tudo isso é uma pequena minoria, feita de alguns políticos, alguns literatos, alguns banqueiros e alguns mundanos; a vasta maioria do país, a burguesia das vilas, a gente dos campos, permanece portuguesa, conservando no seu sentir e no seu pensar o fio da tradição, que seria fácil ir buscar lá, para com ele se continuar a tecer a nossa verdadeira civilização de feitio português.

Nenhum erro maior! Essa vasta maioria não conta. Um país, no fundo, é sempre uma coisa muito pequena: compõe-se de um grupo de homens de letras, homens de estado, homens de negócio, e homens de clube, que vivem de

frequentar o centro da capital. O resto é paisagem, que mal se distingue da configuração das vilas ou dos vales.

É a gente sonolenta da província, que apenas se diferencia das pequenas vielas, tortuosas e sujas, onde vegeta; são os homens do campo, que mal se destacam das terras trigueiras que semeiam e regam. A sua única função social é trabalhar, pagar. A direção de um país é dada justamente por essa minoria da capital. Quando algum jornalista e algum político de Paris quiser que a França seja republicana, proclama-se a república; quando preferir que haja monarquia, sobe um sujeito, com uma coroa na cabeça, ao trono de Luís XIV. Não são os camponeses da Beauce, nem os burgueses de Orleães, que escolhem para a França o barrete vermelho ou a coroa fechada. A moda dessa *coiffure* vem de Paris, de algumas redações do Boulevard ou dos corredores do Palais-Bourbon. Na mesma Inglaterra, com a sua vasta descentralização intelectual e social, a classe média não conta, porque, na realidade, os círculos eleitorais das províncias só em questões muito graves, em questões de dinheiro ou dignidade nacional, têm uma opinião sua, e a fazem ouvir de alto: de resto, ocupada no seu trabalho, aceita submissamente as opiniões dos clubes de Pall-Mall, e dos jornalistas de Fleet-St., como aceita a forma de paletós que, para a *season*, é decretada pelos cortadores de Cook ou de Poole. Que será pois em Portugal onde, fora do pequeno centro de Lisboa, não há vida intelectual nem social?

O que um pequeno número de jornalistas, de políticos, de banqueiros, de mundanos decide no Chiado que Portugal seja – é o que Portugal é. Se um grupo amanhã decidir que Portugal seja turco – através do país inteiro todos os chapéus altos, todos os chapéus desabados, todos os cocos, todos os barretes de varino, tenderão lentamente mais ou menos a tomar a forma de turbante. Por ora, todavia, tudo é francês.

A toda a parte chega esta ondulação do francesismo partida do Chiado – mais forte no Porto do que em Guimarães, mais visível em Guimarães do que em Lamaçal de Bouças, mas sensível para quem sabe ver debaixo das superfícies. Pode-se conservar o chinelo de ourelo, e ser-se fiel ao sarrabulho de porco, mas por toda a parte há vagamente essa tendência, essa aspiração, esse desejo escondido de não se ser como foram nossos avós, mas de outro modo, como se é lá fora. E lá fora – é a França.

O pai de um amigo meu, em 1836 ou 1848, num ódio repentino a tudo que lhe lembrava o velho Portugal, foi-se à sua mobília antiga, de pau-preto torneado e de assentos de couro lavrado, e num só dia vendeu, queimou, sepultou em sótãos, dispersou todas essas formas vetustas, que lhe vinham do passado; depois correu a um estofador da esquina, e comprou, ao acaso, num lote, uma mobília francesa. O que este homem fez, todo o Portugal o fez. Num

rompimento desesperado com o velho regime, tudo quebrou, tudo estragou, tudo vendeu. Achou-se de repente nu; e como não tinha já o caráter, a força, o gênio, para de si mesmo tirar uma nova civilização, feita ao seu feitio, e ao seu corpo, embrulhou-se à pressa numa civilização já feita, comprada num armazém, que lhe fica mal, e lhe não serve nas mangas.

Como acontece sempre nestas *toilettes* feitas à pressa, vêem-se ainda, por baixo do arrebique francês, os restos do fato primitivo e rude. Portugal ainda usa tamancos.

Mas mesmo onde este desventuroso país usa tamancos, tem o seu coração, o seu desejo voltado para a bota de verniz bicuda, que vem de Paris. Numa velha vila da província, um amigo meu entrou numa loja, uma sombria loja, cheirando a mofo, alumiada a azeite, para comprar um guarda-chuva. E, oh horror! eis que o lojista, um pouco pálido, de quinzena de cotim, lhe pergunta, erguendo-se detrás do balcão com o *Gil Blas* na mão: “V. Ex^a leu hoje esta deliciosa fantasia de Catulle Mendès?” Naquela loja respeitável, onde seu pai, de chinelos, apilhava, honradamente, os briches e as saragoças, o miserável lia Catulle Mendès! Mais ainda. Um dia, em Braga, abro um jornal e vejo este anúncio: “Na rua de tal, velas de cera, círios, tochas de qualidade superior, tudo o que há neste gênero de mais *pshutt* e *becarre*”. Oh miséria incomparável! os santos encantadores do nosso calendário, patronos das nossas casas, fiéis e doces protetores do nosso lar, alumiados nos altares com círios *pshutts*, e com molhos de velas *becarre*! A este abismo levou o francesismo, na velha e católica Braga, o venerável e patriótico negócio da cera. Desgraçada cera, desgraçada Braga!

Mas é sobretudo na minha especialidade, na literatura, que esta cópia do Francês é desoladora. Como aqueles patos que Zola tão comicamente descreve na *Terre*, aí vamos todos, em fila, lentos e vagos, através do caminho da poesia e da prosa, atrás do ganso francês. Quando ele embica para a relva, vamos bamboleando, pata aqui, pata acolá, em direitura à relva; se ele pára, com o bico no ar, todos paramos, com o bico no ar. De repente ele abre as asas, saltita pesadamente, e eis a fila grotesca, e pesada, e saltitante, correndo confiadamente para o charco! Fomos sucessivamente, em imitação do ganso francês, românticos, góticos, satânicos, parnasianos, realistas. Toda a incoerência, toda a afetação, toda a extravagância de uma literatura em decadência, ávida de originalidade, e desengonçando-se no esforço violento de encontrar uma altitude nova que espante o público – é imediatamente macaqueada a sério, com uma gravidade melancólica, que é o fundo do caráter nacional, por uma infinidade de moços honestos e simples.

Há dois ou três anos, esse colossal blagueador e *cabotin* chamado Richepin, publicou um livro, *Les Blasphèmes*, em que se propunha simplesmente a acabar

de vez, por meio de algumas rimas brilhantes, com o sentimento religioso na humanidade, descrevendo obscenamente a afeição íntima de seu pai e de sua mãe. Era em casa de Oliveira Martins, e todos achamos imensamente divertida esta nova forma de respeito filial. Antero de Quental, porém, não ria.

– Isto para nós é grave – disse ele. – Porque amanhã vão aparecer aí, por todos esses jornais, estrofes de poetas novos, começando assim:

Meu pai era ladrão, minha mãe meretriz!

E vinte horas não tinham passado sem que todos, no espanto desta profecia, lêssemos, em jornais de Lisboa e Porto, poesias em que moços de maior honestidade, de famílias honradíssimas, acusavam as suas mães de prostituição e tratavam os pais de “lúbricos machos”. Aí está onde leva a França!

Mas, se os que escrevem ou escrevinham vivem da França, os que lêem ou os que apenas folheiam nutrem-se exclusivamente da França. Quem passeia pelas ruas de Lisboa vê que nas vitrinas dos livreiros só há livros franceses; e quando se sobe às casas, se penetra na sociedade, só lá se descobrem (desde que a conversação se eleva acima das coisas locais), leituras francesas, admirações francesas, frases francesas.

Quase toda a nossa mocidade culta recebe a sua luz intelectual do *Figaro*. E o banalíssimo, mediocríssimo Wolf é ainda, para muitos homens inteligentes, o representante do espírito francês. Porque é necessário observar que tanto os que escrevem, como os que lêem, tomam ingenuamente o Boulevard pela França. Para além da França nada se conhece – e é como se, literariamente, o resto da Europa fosse uma vasta charneca muda, sob a bruma. Da nossa vizinha Espanha, nada sabemos. Quem conhece aí os nomes de Pereda e de Galdós? A literatura inglesa, incomparavelmente mais rica, mais viva, mais forte e mais original que a da França, é tão ignorada, apesar de geralmente se saber inglês, como nos tempos remotos em que vinte longos e laboriosos dias eram necessários para ir de Lisboa a Londres. Há alguns anos, um personagem, um Político, um Homem de Estado perguntava-me, com um ar de suficiência e superioridade:

– Lá por Inglaterra também há alguma literatura?

E ainda recentemente um homem excessivamente culto, conhecendo perfeitamente o inglês, me dizia:

– A respeito da literatura, imagino que deve ser alguma coisa de muito brilhante e de muito grande; mas, a não ser Dickens, que morreu há vinte anos, não posso citar um só nome, e de nenhum outro posso citar uma só linha!

E todavia não é a curiosidade que nos falta. Mas estamos colados às saias da França, como às de uma velha amante, a que nos acorrente o vício e o hábito, e de quem não ousamos afastar-nos, para ir falar a alguma mulher mais interessante e mais fresca.

Há tempos, na curta distância que vai do Rossio ao Loreto, eu fui assaltado por seis ou sete pessoas, que me travavam do braço, me arrastavam para a esquina, para me perguntar ansiosamente: “Quem é uma certa Rhoda Broughton que escreve romances?”

E eu ia já indignar-me, pensando que isto era uma *scie* montada contra mim, quando soube que o *Figaro* da véspera tinha um artigo sobre a graciosa e fina criadora da *Família Maubrey*.

Da rica e grande literatura da Alemanha, podemos dizer, como o meu amigo: nem um nome a citar, nem uma linha a lembrar! E se agora conhecemos alguns romances russos, é porque “estão à moda” no Boulevard.

Mas, pergunto eu, este *collage* com a França, esta imitação, esta preocupação da França, é uma tendência fatal, necessária, de temperamento, de congeneridade, de similitude, a que não possamos escapar, como a Dinamarca não pode escapar a imitar a Alemanha, e a Bélgica se não pode eximir a imitar a França? Não creio. O dinamarquês é um alemão desbotado. A Bélgica é uma edição barata da França. Mas não há similitude alguma de temperamento, de feitio moral entre nós e a França. Nada mais diferente de um francês do que um português; nem eu compreendo que satisfação, que gozo possa achar o espírito português em se nutrir, em se banhar nas criações do espírito francês. A França é um país de inteligência; nós somos um país de imaginação.

A literatura da França é essencialmente crítica: nós, por temperamento, amamos sobretudo a eloquência e a imagem. A literatura da França é, desde Rabelais até Hugo, social, ativa, militante. A nossa, por tradição e instinto, é idílica e contemplativa. Não é só por uma fria imitação de Teócrito e dos bucólicos latinos que nós, desde Rodrigues Lobo até aos elegíacos da Arcádia, amamos a égloga pastoril: é porque nós somos realmente o povo que se compraz em estar quieto entre os choupais, a ver correr as águas meigas, pensando em coisas saudosas. Fomos à Índia, é verdade, mas quase três séculos são passados, e ainda estamos descansando, derreados, desse violento esforço a que nos obrigaram alguns aventureiros que tinham pouco do fundo comum da nossa raça, e que, a julgar por Afonso de Albuquerque, deviam ser de origem fenícia, puros cartagineses, talvez da família dos Barcas. Enfim, o símbolo da França será eternamente o galo, o galo petulante e lustroso que canta claro, com uma limpidez de clarim, no fresco arrebol da manhã: e o nosso emblema é

e será eternamente o rouxinol, que geme na espessura mal alumiada dos arvoredos, o rouxinol “amavioso e saudoso” que faz chorar Bernardim.

A alma de um povo define-se bem a si mesma pelos heróis que ela escolhe para amar e para cercar de lenda. O grande rei para os Franceses, é e será sempre Francisco I, enorme, robusto, ligeiro, rindo alto, batendo-se valentemente, amando mais valentemente ainda, radiante, gozando largamente a vida, poeta em certos momentos, artista por ostentação, e falador eterno... O nosso genuíno herói, e isto resume tudo, é o poético e pensativo D. Sebastião.

Ora se nenhuma congeneridade de ideia, de sentimento, de natureza, de temperamento, nos cola irremediavelmente à França, ser-nos-á fácil, sem dúvida, separar-nos dela, sem que se dilacerassem as raízes mesmas da nossa sociedade. Nós estamos apenas colados à superfície, somos um parasita. E se nos desprendêssemos desse grande corpo, em que sugamos para viver, poderíamos, sem emagrecer e sem deterioração do nosso organismo, ir procurar noutro corpo social a vida do nosso espírito. Como parasitas prudentes, e o Português é prudente, podemos talvez perguntar a nós mesmos, se nos convém continuar a sugar a pele francesa, e se ela realmente oferece todos os elementos de uma suficiente alimentação para que, como uma pulga obstinada que pica o seio ressequido da carcaça de uma velha, onde não há seiva e sangue, não estejamos nós mordendo, chupando, onde não há sangue e seiva que nos alimente.

É tempo, pois, de considerar se nos convém, como *table-d'hôte*, a literatura da França – a nós, parasitas, que em questões de literatura e de tudo, vamos comer às casas alheias. Afoitamente digo que nos não convém. A literatura francesa, neste último quartel do século, sofre de um obscurecimento, um desaparecimento de sol entre nuvens, de que o seu gênio decerto sairá mais radiante e iluminado; mas por ora só nela há uma grande sombra, que passa. De cima a baixo, das regiões do alto saber e do alto pensar até à literatura do Boulevard, há um enfraquecimento, um desequilíbrio, um enervamento, que de um lado leva à extravagância, e do outro à banalidade.

Extravagância, banalidade! O grande, luminoso, exato, crítico espírito francês está oscilando entre estas duas inferioridades. E em toda a linha da criação literária assim oscila, ora dando pulos grotescos com o desagradável Richopin, ora estendendo-se, chatissimamente, ao comprido, com o detestável Ohnet. Veja-se a mais alta figura literária da França, e a mais francesa – Renan. Espírito da mais requintada e subtil finura crítica, saturado de saber, possuidor de uma língua a mais luminosa e a mais bela, tendo o que há de melhor em Racine e de melhor em Voltaire, com alguma coisa de mais aveludado, de mais acariciador, que prende, irresistivelmente arrasta a alma – que ensina ele, hoje, este Mestre,

este francês, que domina com a dupla influência da fina crítica e da forma perfeita?

Este Mestre ensina-nos simplesmente que nada na Terra vale, ou tem importância, senão os gozos que dá o amor, ou o esquecimento que dá a morte. Certamente, em boa filosofia, as duas coisas correlacionam-se: a morte e o amor; e há aqui uma grande lógica. Mas nem por isso deixa de ser o mais forte sintoma da decadência intelectual da França que este Mestre, este sábio, não abra os lábios, não tome a pena, senão para nos apontar alternadamente – ou para a alcova ou para o cemitério. E se, de Renan, descemos à grande massa da literatura – o estonteamento é ainda mais característico. No romance, que é a forma preferida da arte moderna, temos mais que em nenhuma outra a banalidade e a extravagância, instintivamente usadas para os dois grandes fins, os dois grandes objetos de todo o esforço parisiense – ganhar dinheiro e espantar a galeria, o gozo ou a gloriola. Na banalidade, com mais ou menos distinção, (porque tal é o requinte moderno que mesmo na banalidade há distinção), temos duas ou três individualidades que dão o tom por que as outras atrás afinam. É o Sr. Ohnet, o medíocre Sr. Ohnet, que ganha centenas de mil francos, fabricando, com pena fácil, para uso de uma larga democracia igualitária que tem um fundo de educação aristocrática, quadros burgueses, em que os donos de forjas, empreiteiros, proprietários de armazéns de retalho, toda uma classe industrial, aparecem com os sentimentos de cavalheirismo, orgulho, heroísmo, romantismo, que essa pequena burguesia estava habituada a admirar secretamente na classe aristocrática, na gente de privilégio e de espada, nos *grands seigneurs*! É depois o Sr. Bourget, um parisiense com um ligeiro toque de inglesismo, como pede a moda, que leva para o Faubourg St. Germain, num fiacre, os seus métodos de Psicologia, de uma psicologia que cheira bem, que cheira a opopânace, e tomando uns ares infinitamente profundos, remexe os corações e as sedas das senhoras, para nos revelar segredos que todo o mundo sabe, num estilo que todo o mundo tem.

Por outro lado, gesticulando violentamente, há um pequeno grupo de extravagantes, que se estorcem, se esfalfam para achar alguma coisa inesperada que faça deter os *badauds* no Boulevard que, com efeito, espantam por vezes como saltimbancos muito destros, mas que no momento em que findam as suas cabriolas, arquejando, são esquecidos pelo homem sério, que pára a olhar, e que passa. Tudo isto é Francês, especialmente nascido das condições especiais de Paris, e não vejo o que aqui tenha a admirar ou a imitar um bárbaro honesto que vive para cá dos Pirenéus. E de todos estes romancistas, talvez aqueles que nós pudéssemos com mais utilidade imitar, são os muito simpáticos e estimáveis Verne e Boisgobey, que ao menos, com suas

viagens, as suas intrigas, são um encanto providencial das crianças e dos convalescentes.

Na poesia francesa, tão admirada entre nós, a decadência é maior. Os Franceses nunca foram poetas, e a expressão natural do gênio francês é a prosa. Sem profunda, religiosa, ardente emoção, não há poesia; e a França não se comove, permanecendo sempre num razoável equilíbrio de sentimento e de razão, bem senhora da sua clara inteligência. Os clássicos da poesia francesa, Mathurin Regnier, Boileau, La Fontaine, são justamente os homens de bom senso, de fria crítica, de honesta moral. Os bons conhecedores da poesia, em França, admiram sobretudo os poetas, quando eles têm em alto conceito estas qualidades superiores, que são, na realidade, qualidades de prosa. A limpidez nobre de Racine, a graça subtil de La Fontaine, serão o encanto eterno da França. Vítor Hugo, com o seu violento voo lírico, com o esplendor do seu verbo, teve a admiração, mas nunca teve a estima literária da França. E hoje os poetas mais estimados de França são-no ainda por qualidades que pertencem à prosa – Coppée, pela sua facilidade clara e breve, Leconte de Lisle, pela sua majestade lapidar. A poesia francesa são alexandrinos em prosa. Baudelaire escrevia primeiro em prosa os seus poemas.

Nunca a França teve um só poeta comparável aos poetas ingleses, a Burns, a

Shelley, a Byron, a Keats, homens de emoção e de paixão, tão poéticos como os seus poemas; e hoje, que poeta há em França que se possa pôr ao lado de Tennyson, de Browning, de Rossetti, de Matthew Arnold, de Edwin Arnold, de Austin, etc.? Um só poeta francês teve a emoção: Musset. Colocado no centro do Romantismo, abalado por largas correntes de emoção, que vinham de Inglaterra e da Alemanha, dotado de uma exaltação natural, apaixonado, ardente, inspirado, este francês singular sofreu, e cantou como sofreu; e, conservando-se francês, foi profundamente humano. Mas a França culta, literária, muito tempo se recusou a ver nele um grande poeta. Diz Paulo de Musset, que, quando apareceram, na *Revista dos Dois Mundos*, as *Estâncias à Malibran*, *As Noites*, os verdadeiros homens cultos permaneceram frios! Como havia, porém, naquela poesia, e expressas sinceramente, coisas que são eternas, a mocidade, o amor, a voluptuosidade, a dor – a França, pouco a pouco, foi atraída para aquele canto vivo e doloroso. A simpatia das mulheres venceu a resistência dos críticos. Musset, hoje, é oficialmente um grande poeta, mas nunca veio a ser um clássico. E a França conserva diante dele uma reserva, misturada de desdém e de amor, reprovando e amando, e sentindo que tem naquele homem, que a Europa tanto lhe aclama, um poeta que é ao mesmo tempo medíocre e imortal.

De resto, a inteligência e a poesia, raramente vão juntas. Eu só conheço um homem, uma exceção, em que o sumo gênio poético se alia à suma razão filosófica. É o nosso Antero de Quental. Nos seus *Sonetos*, exprime esta coisa estranha e rara – as dores de uma inteligência. É uma grande razão debatendo-se, sofrendo, e formulando os gritos do seu sofrimento, as suas crises, a sua agonia filosófica, num ritmo espontâneo, da mais sublime beleza poética; cada soneto é o resumo poético de uma agonia filosófica. E é por isso que a Alemanha se lançou sobre este livro de *Sonetos* (que Portugal não leu) e os traduziu, os comentou, os fixou religiosamente na sua literatura, como uma coisa rara e sem precedentes, uma pérola fenomenal de criação desconhecida, única no grande tesouro da Poesia Universal. Mas em França não há disso. E a sua clara inteligência tem-lhe vedado os triunfos poéticos. Depois da curta emoção de Musset, a França recaiu mais que nunca na poesia que é admirada por ter as qualidades da prosa.

E isto, naturalmente, devia levar, e levou num momento em que toda a literatura decaí, e em que a emoção de todo se esvai, e o espírito crítico um momento se embota – devia levar e levou à banalidade ou à extravagância. Mas se a parte da banalidade é grande no Romance – os poetas, que estão naturalmente mais longe do grande público, foram forçados a chamar-lhe a atenção mais violentamente, e, numa ânsia de originalidade e de novidade, precipitaram-se em massa na extravagância. Daí provêm todos esses movimentos do Satanismo, que desandou noutro, chamado, Deus me perdoe, o Nervosismo! Mas aí ainda havia o desejo, no fundo intelectual, de dar um estremecimento, um arrepio novo à alma.

Por fim, toda a intenção intelectual foi posta de parte e ficou a preocupação meticulosa, requintada da forma – de uma forma que tivesse a extrema originalidade no extremo relevo. O sentir foi substituído pelo cinzelar; e uma estrofe, um soneto, foram trabalhados com os labores, os polidos, os retorcidos, os engastes, as cintilações de um broche de filigrana, tendo apenas, como a filigrana, um valor de feitio, como ela agradável à vista, mas deixando o espírito indiferente. Estes homens chamaram-se a si mesmos os Parnasianos – e, entre nós meridionais, que amamos o labor e o feitio, o brilho, o luxo da forma, exerceram uma influência devastadora. A eles se devem esses estilos delirantes, que tornaram nestes últimos anos a poesia, em Portugal, uma coisa grotesca e pícara.

Mas mesmo em França a sua influência, ou antes o seu contágio, não foi menos lamentável. Nada há mais tirânico do que a moda nas formas: a bota bicuda, sendo moda, impõe-se irresistivelmente aos espíritos mais profundos; e a cabeça de artista em que brilhem as ideias do mais puro gosto, ou rolem os

sistemas mais profundos, submete-se resignadamente ao chapéu que decreta em Londres *The Journal of Fashion*.

Ninguém gosta de aparecer na rua menos bem entapado que o seu concidadão, seja em casaco ou em estilo. E foi assim que veneráveis poetas franceses caíram, já entrados nos dias da sua velhice, no Parnasianismo: AuTRAN e Laprade, eles mesmos, passaram uma camada de esmalte novo, das cores da moda, sobre os seus severos e suculentos alexandrinos: e viu-se o bardo Banville, o amável e fecundo bardo que desde 1830 cantava de *omne re scibile* numa lira larga e fácil, descer ao Boulevard e espantar a multidão, mais fecundo e amável que nunca, com ritmos e rimas tão sarapintados, tão desengonçados, que não se sabia bem se aquilo que cabriolava e reluzia no papel, eram os versos de um poeta ou as bolas de um pelotiqueiro.

Mas estes tempos dos Parnasianos ainda eram os bons tempos. Hoje, que os poetas aclamados depois da geração de Hugo, de Lamartine, de Gautier – os Prudhommes, os Lisle e outros, têm entrado na Academia e no silêncio, e a sua influência salutar foi arrefecendo como um sol que declina, rompeu, com o crepúsculo, uma imensa, infrene orgia no Parnaso Francês. Tão infrene que as pessoas tímidas e honestas não se arriscam a aproximar-se – e, como no tempo de Baco, os homens graves da planície param aterrados, e de longe contemplam, sem ousar ver de perto, as tochas e os gritos das Coribantes perpassar, enchendo de desordem, de troça e de escândalo, a espessura do bosque sagrado.

Eu, pelo menos, educado com Musset e Hugo, não ousou aproximar-me desses Coribantes, e dos seus livros. Jamais abri um desses livros amarelos, dentro dos quais passam estrofes, com bulhas e gritos intoleráveis. Sei apenas que esses novos se chamam a si mesmos, com uma sublime sinceridade, os *Decadentes*, os *Incoerentes*, os *Alucinados*. Têm as suas *coteries*, como quem diria os seus Colégios Sacerdotais, celebram em comum os seus ritos, e, como todos os Colégios Sacerdotais, redigem os seus anais, em cadernetas que se chamam o *Jornal dos Incoerentes*, a *Revista dos Alucinados*... Zelosos dos seus privilégios, detestando as confrarias rivais, todo o tempo em que não desonram o Monte Olimpo, com desabaladas orgias de ritmo, o passam, como os gramáticos do Baixo Império, a questionarem sobre precedências e valores relativos da sua escola: é assim que alguns poetas ultimamente declaravam em todos os jornais que fulano de tal, poeta, não era de modo nenhum o Chefe dos Incoerentes, e que esse Chefe ilustre dos Incoerentes, o homem inspirado e supremo, que em si resumia toda a Incoerência, era Verlaine, só Verlaine, e não outro. E Verlaine, indisputadamente, guarda a coroa da Incoerência.

É necessário dizer-se, todavia, que há aqui talento! Há mesmo muito talento, uma habilidade de ofício maravilhosa, uma presteza de mão que surpreende, uma técnica de rima, uma abundância de cor, uma arte no detalhe que maravilha. Somente, nestes milhares de versos admiráveis – não há um verso poético: estes poetas não têm poesia: e, entre tantos talentos, não há uma só alma!

MAIS DOIS DISPERSOS

Recentemente veio-nos às mãos o *número único* de uma publicação intitulada LISBOA-PORTO, publicação essa feita pela imprensa de Lisboa em benefício das vítimas sobreviventes do incêndio do Teatro Baquet. Nele colaboraram os nomes mais brilhantes da época, como sejam, entre tantos outros: El-Rei D. Luís I, S. M. a Rainha D. Maria Pia, S. A. Real o Príncipe D. Carlos, S. A. R. D. Amélia, o Infante D. Afonso, Rafael Bordalo Pinheiro, Columbano Bordalo Pinheiro, Eduardo Coelho, Teófilo Braga, Henrique Lopes de Mendonça, Jaime Batalha Reis, Eça de Queiroz, etc., etc.

Entendemos ser nosso dever corresponder à sorte que nos foi dada usufruir com este achado, reproduzindo as linhas que o insigne romancista, Eça de Queiroz, escreveu para esse número único.

Julgamos que, igualmente, devíamos inserir neste volume o artigo “Fraternidade”, que Eça de Queirós escreveu para *Anátema*, número único da iniciativa de António Vaz de Macedo e Artur Pinto da Rocha, publicado em Maio de 1890, a favor da Grande Subscrição Nacional, por motivo do ultimato de 11 de Janeiro de 1890; e que a revista *Ocidente*, de Lisboa, reproduziu no seu nº 91, de Novembro de 1945.

OS EDITORES

DO “LISBOA-PORTO”

A propósito do incêndio do Teatro Baquet, no Porto, em 1888.

Assim devia ter sido nessa primeira desgraça do mundo. E assim é hoje, entre os homens, quando uma catástrofe, a terra que treme, um rio que submerge os campos, o chamejar de um vasto incêndio, nos dão o inesperado terror desta bruta e divina Natureza que nos contém, que é mãe e tutelar nutridora, e que bruscamente nos ataca com uma violência que nada discerne, e que, indiferentemente, cai sobre a fraqueza e sobre a arrogância, sobre o que já vai murchando e sobre o que ainda não floriu, sobre o monstro e sobre o santo.

Há então um ansioso aglomerar de gente, a mais oposta e mais vária, na mesma ideia – a ideia de fraternização, de unidade, de aliança contra a Natureza, senão já para debelar o desastre com que ela a todos podia esmagar, ao menos para minorar as curáveis misérias que o desastre a todos poderá estender. É este sentimento, este confuso medo de uma Natureza incerta e traiçoeira, que inspira, no fundo, as grandes correntes de piedade e de caridade.

Depois, está claro, volvido o rio ao seu leito, apagadas as labaredas, clareadas as ruínas e acalmada a Natureza, todos, já sem susto, se vão pouco a pouco desagregando, cada um volta ao seu interesse e ao ódio do seu vizinho – e o lobo recomeça a devorar o cordeiro. Mas, enfim, houve uma bela hora de harmonia, de fé partilhada, em que os corações bateram em ritmo, as vontades trabalharam em concordância – e da mesma emoção nasceu o mesmo heroísmo. Há, por isso, alguma coisa de nobre e de tocante em querer prolongar, mesmo artificialmente, este radiante momento de união moral. Eu, por mim, acho bom que ele se alargue, se exagere, ganhe até um começo de rotina e de maneirismo. É um instante amável de paz que se rouba ao contínuo conflito humano! É como quando, num longo e áspero Inverno, romp um dia de sol e doçura, em que tudo parece embelezar, uma bondade esparsa fluctua, o céu azula a vida e os homens, sem motivo, sorriem quando se cruzem. Quem não desejaria espaçar este relance de suavidade e de luz?

Bem cedo voltará o vendaval e o negrume – e nos montes, como nas cidades, o lobo recomeçara a devorar o cordeiro.

Bristol, Abril de 1888.

FRATERNIDADE

Nunca na Europa se falou com tanta segurança, como hoje, de “fraternidade, de concórdia entre os povos, de fusão das raças numa simpatia”; – e ainda há pouco em Paris, num congresso, um Moralista, um sábio, predizia, entre aclamações, que bem cedo da linguagem purificada dos homens desapareceria este vetusto e bárbaro termo – o *estrangeiro*.

De fato, porém, nunca entre as nações existiu, como neste declinar dos velhos regimes, tanta desconfiança, tanta malquerença, ódios tão intensos apesar de tão vagos.

Não se encontram hoje na Europa dois povos genuinamente fraternais; – e nos países cujos interesses mais se entreligam, as almas permanecem separadas. O Alemão detesta o Russo. O Italiano abomina o Austríaco. O Dinamarquês execra o Alemão. E todos aborrecem o Inglês – que os despreza a todos.

São estes antagonismos, irracionais e violentos, tanto ou mais que as rivalidades de Estado, que forçam as nações a essa rígida atitude armada em que elas se esterilizam e se enervam: – e hoje, diferentemente dos tempos antigos, o amor e o cuidado da paz está nos reis e nos povos o impulso para a guerra.

Isto provém de que o poder, ou a influencia sobre o poder, passou das castas para as massas, das oligarquias para as democracias. Outrora as oligarquias, tornadas “cosmopolitas” pela educação, pelas viagens, pelas alianças, pela comunidade de hábitos e de gostos, pela similitude dos deveres da corte, pela tolerância geral que dá a cultura e pelas especiais afinidades de espírito que criava a cultura clássica, não odiavam nunca as outras nações – porque as *outras nações* se resumiam para elas nas outras *oligarquias* com que se sentiam congêneres em todos os modos de viver, de pensar, de representar, de governar. As democracias, ao contrário, profundamente nacionais e nunca cosmopolitas, conservando com tradicional fidelidade os seus costumes próprios, e intolerantes para os costumes alheios – apenas se conhecem (através das noções estreitas de uma instrução fragmentária) nas suas feições mais nacionalmente características e portanto mais irreconciliavelmente opostas: – e dessas diferenças que entre si pressentem ou constatarem, lhes vem por instinto um mútuo afastamento e como uma antipatia etnográfica. O operário inglês, há cem anos, não conhecia sequer a existência do Russo. Hoje sabe, imperfeitamente, por leituras apressadas de jornais e de *magazines* populares, que o Russo é um homem que dele absolutamente difere no tipo, no traje, no idioma, nas maneiras, nas crenças... Daqui uma primeira repulsão: e como sabe além disso vagamente, pela imprensa, que esse homem, tão dessemelhantemente de si, vai marchando sobre a Índia “para se apossar dos domínios da Rainha”, enxerta sobre o seu antagonismo de raça a sua indignação de patriota, e chega a odiar o Russo, tão intensamente, que se não pode em

Londres, num café-concerto ou num circo, desdobrar a bandeira da Rússia, sem que rompam das bancadas do povo apupos e clamores de cólera.

Por toda a parte assistimos assim ao desenvolvimento exaltado do indivíduo nacional. E, com o advento definitivo das democracias, haverá na Europa, não a universal fraternidade que os idealistas anunciam, mas talvez um vasto conflito de povos, que se detestam porque se não compreendem, e que, pondo o seu poder ao serviço do seu instinto, correrão uns contra os outros – como outrora, nas velhas demagogias gregas, os homens da Mégara se lançavam sobre os homens da Lacônia, e toda a Ática se eriçava de armas, por causa de um boi disputado no mercado de Fila ou de uma bulha de rufiões nos grandes pátios de Aspásia.

O LIVRO DIGITAL – ADVERTÊNCIA



O Livro Digital é – certamente - uma das maiores revoluções no âmbito editorial em todos os tempos. Hoje qualquer pessoa pode editar sua própria obra e disponibilizá-la livremente na Internet, sem aquela imperiosa necessidade de editoras.

Graças às novas tecnologias, o livro impresso em papel pode ser escaneado e compartilhado nos mais variados formatos digitais (PDF, TXT, RTF, entre outros). Todavia, trata-se de um processo demorado, principalmente no âmbito da realização pessoal, implicando ainda em falhas após o processo de digitalização, por exemplo, erros e distorções na parte ortográfica da obra, o que pode tornar ininteligíveis palavras e até frases inteiras.

Embora todos os livros do “Projeto Livro Livre” sejam criteriosamente revisados, ainda assim é possível que alguns desses erros passem despercebidos. Desta forma, se o distinto leitor puder contribuir para o esclarecimento de algumas dessas incorreções, por gentileza entrar em contato conosco, no e-mail: iba@ibamendes.com

Sugestões também serão muito bem-vindas!

Iba Mendes
São Paulo, 2014